

ASSIMETRIA SEXUAL NAS ESTATÍSTICAS CRIMINAIS

Uma análise sob dois paradigmas científicos

SEX ASYMMETRY IN CRIME STATISTICS

An analysis under two scientific paradigms

Egberto Zimmermann¹



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Resumo: A sub-representação feminina nas estatísticas criminais é um fenômeno universalmente observado e vem suscitando debates no âmbito acadêmico acerca de suas prováveis causas. No presente artigo são abordadas teorias que visam explicar esta assimetria a partir do paradigma científico das Ciências Humanas tradicionais, bem como a partir do paradigma naturalista emergente, em especial pela Psicologia Evolucionista. Ao final se conclui pela possibilidade de contribuição ao debate a partir deste novo paradigma, não obstante a resistência que sofre dos teóricos das Ciências Humanas tradicionais.

Palavras-chave: Criminologia. Estatísticas. Sub-representação feminina. Teorias sociológicas. Psicologia Evolucionista.

Abstract: Female underrepresentation in criminal statistics is a universally observed phenomenon and raises debates in the academic fields about its probable causes. In this article, theories are addressed that aim to explain this asymmetry from the scientific paradigm of the traditional Human Sciences, as well as from the emerging naturalistic paradigm, especially by Evolutionary Psychology. In the end, it is concluded that it is possible to contribute to the debate from this new paradigm, despite the resistance suffered by theorists of traditional Human Sciences.

¹ Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Mestre em Direito Penal pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pós-graduado em Criminologia pelo Instituto Superior do Ministério Público, em Gestão em Segurança Pública e Justiça Criminal pela Universidade Federal Fluminense e em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas.

Key-words: Criminology. Statistics. Female underrepresentation. Sociological theories. Evolutionary psychology.

1. Introdução

O estudo das estatísticas criminais de diversos países revela um dado persistente, não obstante a variedade das culturas e das estruturas sociais e políticas de onde elas são produzidas. Trata-se da assimetria sexual referente à autoria dos delitos, sendo muito mais expressiva a presença de homens como autores de crimes do que de mulheres.

Esta regularidade já foi constatada por inúmeros autores, chegando-se mesmo a ser considerada uma das características mais marcantes das estatísticas criminais¹. De fato, em trabalho anterior que abordou a temática, foram coletados diversos dados de vários países distintos, incluindo aqueles que não se inserem na tradição ocidental, mantendo-se invariavelmente este padrão². Outra característica constante também observada foi a maior participação estatística de mulheres em delitos que não envolvem violência ou exposição a risco.

Os dados estatísticos obtidos no trabalho acima mencionado demonstram, igualmente, que essa assimetria se manteve constante ao longo do tempo, notando-se uma discreta alteração com o advento de movimentos sociais pelos direitos da mulher. Mesmo assim, este ligeiro aumento ocorreu em delitos que não envolvem violência ou exposição a risco físico e decorreu, muito provavelmente, do acesso da mulher às oportunidades delitivas antes não disponíveis.

Esta persistência da assimetria sexual no tempo, inclusive, foi objeto de registro no Anuário de 2019 do Fórum de Segurança Pública. De acordo com o relatório produzido, em 2017 o número de mulheres presas representava 5% da população carcerária, ao passo que 95% eram homens, contrariando a expectativa de uma maior representatividade feminina. Conforme o que consta deste relatório, embora exista uma narrativa de que a população carcerária do sexo feminino estaria aumentando, a sua representação percentual vem se mantendo estável, não

¹ Segundo HEIDENSOHN, Frances (*apud* NEWBURN, Tim – *Criminology*. Willian Publishing. Devon. 2007), “sex differences in criminality are so sustained and so marked as to be, perhaps, the most significant feature of recorded crime.”

² ZIMMERMANN, Egberto. *Criminologia e Natureza Humana*. Ed. Núria Fabris. 1ª edição. Porto Alegre. 2011. Nesta obra foram pesquisadas estatísticas criminais de diversos países europeus e do continente americano, como também de nações como Israel, Turquia, Geórgia, China e Ilhas Maldivas.

obstante o aumento significativo dos números absolutos (o que também ocorreu, proporcionalmente, com a população carcerária masculina)³.

Diante da universalidade do fenômeno, a questão da assimetria sexual se coloca como um desafio a ser respondido pelas teorias criminológicas. E, embora o campo da Criminologia seja fortemente influenciado pelas teorias sociológicas e suas concepções sobre o “Homem”, um novo paradigma científico vem se consolidando no âmbito das ciências em geral, repercutindo, obviamente, no seu objeto de estudo.

Vejamos, portanto, como surgiu este novo paradigma e, em seguida, como as diferentes concepções do “Homem” podem afetar a compreensão dos fenômenos sociais, dentre os quais a assimetria sexual nas estatísticas criminais.

2. O advento do paradigma do “homem neuronal”

A produção do saber científico sempre esteve atrelada ao paradigma vigente de cada época e a uma certa concepção do que seria o “Homem”. A partir de determinada noção sobre a natureza humana, tem-se a correspondente possibilidade de Ciência, seja da natureza, seja do homem.

A compreensão sobre o que definia o “Homem” não foi uniforme ao longo da história humana. Conforme a lição do filósofo francês Francis Wolff⁴, é possível perceber quatro figuras diferentes do “Homem” no percurso histórico ocidental, combinando-se classificações a partir de distinções entre concepções *monistas* e *dualistas*, bem como entre *essencialistas* e *não essencialistas*.

A distinção entre *monismo* e *dualismo* se refere à ontologia do homem, a saber se o que compõe a realidade humana se realiza unicamente no plano da natureza (monismo), ou em dois planos distintos e irreduzíveis (dualismo). Por sua vez, a distinção entre concepções *essencialistas* e *não essencialistas* reside na ideia de o homem possuir ou não uma “essência”, consistente em traços característicos comuns e invariáveis que permitem distingui-lo de outros seres⁵.

³ Dados obtidos no site https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf (pesquisa realizada em 12 de fevereiro de 2023).

⁴ WOLFF, Francis. *Nossa Humanidade: De Aristóteles às neurociências*. Ed. Unesp. São Paulo. 2012.

⁵ Francis Wolff assim define o essencialismo: “*Entendemos por essencialismo a tese de que todos os homens, em toda parte, sempre, em todas as circunstâncias, possuem uma mesma ‘essência’, ou seja, traços comuns permanentes e invariáveis que permitem diferenciá-los clara e absolutamente dos outros seres e em relação*”

De acordo com o autor acima mencionado, a primeira figura de “Homem” é a de Aristóteles em sua famosa afirmação de que *“o homem é um animal racional”*, que permitiu a fundação das ciências da natureza, dado que na concepção platônica não se poderia considerar como “cientificamente fundamentado” algo que não fosse eterno e imutável como são os fenômenos naturais, mas tão somente o conhecimento de objetos puramente racionais, como os números.

Como discípulo de Platão, Aristóteles também reconheceu a necessidade de que o objeto do conhecimento científico fosse algo fixo e imutável, motivo pelo qual adotou como metodologia a busca pelas características que fossem comuns e imutáveis nos animais, isto é, por sua “essência”. As ciências naturais seriam menos exatas que as matemáticas, embora tivessem o potencial de descrever e definir os objetos do conhecimento como também traçar explicações causais.

Nesta concepção aristotélica, o “Homem” serviria como o modelo para o estudo de todo o mundo natural (marcado por hierarquias, essências e finalidades fixas e pré-estabelecidas), sendo-lhe reservado um caráter de centralidade no âmbito dos seres vivos e para quem os animais devem servir. A natureza do “Homem” seria o seu *logos*, vale dizer, o “Homem” expressa a sua natureza com a racionalidade, com a linguagem e com a vida política. Tem-se, assim, um paradigma *monista* e *essencialista*.

Embora este paradigma aristotélico tenha permitido o surgimento das ciências naturais, os comportamentos individuais e coletivos dos homens, bem como seus pensamentos e ações, ainda ficavam de fora do escrutínio científico, permanecendo no campo das “ciências normativas”, informando sobre regras éticas e de organização política.

Ao paradigma aristotélico segue-se o fundado por René Descartes, que teve por objetivo a busca por conhecimentos que pudessem ser firmes e constantes, livres de qualquer dúvida. E a única certeza absoluta por ele vislumbrada seria a da própria existência através do acesso direto a seus próprios pensamentos, surgindo daí a sua famosa afirmação *“penso, logo existo”*. Com Descartes se consolida a ideia *dualista* do “Homem”, consistindo numa *“alma*

aos quais os traços que os distinguem uns dos outros, sendo acidentais e secundários, em nada alteram essa essência. Não opomos o essencialismo ao existencialismo (a tese de Sartre de que cada homem deve definir-se a si mesmo pelos atos que constituem a sua existência concreta), mas a toda forma de antiessencialismo, para a qual nenhum critério absoluto permite diferenciar claramente os homens dos outros seres e para a qual os traços que distinguem os homens entre si predominam sobre os que têm em comum.” (obra citada, pág. 115)

estritamente unida a um corpo”, que é, para o filósofo, a *essência* do “Homem”. E, para ele, ao contrário do sustentado por Aristóteles, a racionalidade não seria uma característica do animal humano, mas sim o atributo que o afasta da animalidade⁶.

Assim, para o pensador francês, haveria duas substâncias distintas no “Homem”: de um lado, a *res cogitans* (a alma, o pensamento) e, de outro, o corpo (*res extensa*), que seria da mesma substância dos demais corpos da natureza. Concebidas como autônomas, essas duas substâncias se encontrariam numa união estreita, de modo que os sentimentos seriam uma forma especial de pensar sob as influências do corpo. No entanto, é a mera possibilidade de se conceber a *res cogitans* totalmente livre dos efeitos do corpo que se constrói a ideia de *sujeito do conhecimento* em oposição à *res extensa* como *objeto do conhecimento*.

Deste modo, o pensamento cartesiano permite o conhecimento das ciências físicas e naturais não mais apenas em explicações causais num universo criado com uma hierarquia fixa e pré-determinada, mas com base em explicação de “leis universais” perfeitamente calculáveis, dando-se início à física clássica. Por outro lado, fenômenos psicológicos e todos aqueles considerados como expressões do espírito humano estariam, novamente, fora do escrutínio científico, já que a mente e suas manifestações pertenceriam ao *sujeito do conhecimento*, e não ao objeto.

Tanto a concepção aristotélica quanto a cartesiana são *essencialistas*, entendendo que há algo eterno e imutável no “Homem”, embora uma seja *monista* e a outra *dualista*. E, conforme leciona Francis Wolff, em oposição a esses dois paradigmas surgiram outras duas noções *antiessencialistas* sobre o “Homem”, a primeira delas como fruto do desenvolvimento das ciências humanas e a outra com o advento de novos conhecimentos advindos das ciências naturais. Para os fins deste artigo interessam-nos especialmente estes dois paradigmas.

O primeiro deles é aquele que gradualmente foi se formando de forma difusa e não uniforme a partir dos fins do século XVIII e se estendendo até o século XX com os diversos

⁶ Como esclarecido por Francis Wolff – “‘O homem é um animal racional’ significa para Aristóteles que a razão é a maneira que o homem tem de ser animal. ‘Eu sou pensante e racional’ significa, para Descartes, que o pensamento ou a razão é a maneira que o homem tem de não ser animal. Sou pensante enquanto não sou animal, e os animais não são pensantes justamente enquanto são animais. Pois ‘o maior de todos os preconceitos que retivemos de nossa infância é o de crer que os animais pensam’. Eu sou (eu existo) e continuo sendo, para sempre (sejam quais forem as modificações de meu corpo vivo), uma ‘coisa pensante’, e continuarei sendo mesmo supondo que não tenho corpo, o que será talvez o caso se eu deixar de estar vivo (se morrer). Os animais, ou os viventes diferentes do homem, não são pensantes, não pertencem ao mesmo gênero ontológico que o homem, não compartilha a mesma substância. O homem é pensamento; é consciência – este é o próprio do homem.” (obra citada, págs. 51 e 52)

estudos de áreas distintas (História, Sociologia, Psicanálise, Linguística etc.) sobre os fenômenos considerados tipicamente humanos, cuja síntese seria, de acordo com Francis Wolff, o “homem estrutural”. O *antiessencialismo* do “Homem” das Ciências Humanas decorre justamente dos recortes dos fatos humanos sobre os quais cada disciplina se debruça, não permitindo a sua apreensão numa única ideia⁷. Comum a todas elas se encontra o desafio fundamental de como fazer do “Homem” o objeto do conhecimento científico e ao mesmo tempo mantê-lo na condição de sujeito cognoscente. Para alcançar a possibilidade de conhecimento, os objetos passaram a consistir em fatos humanos em vez de o “Homem” em si, despojando-se de seu objeto as consciências individuais. Assim, por exemplo, em Marx se tem como objeto de estudo os movimentos históricos e as condições sociais e materiais de existência; em Durkheim, os fatos sociais; na Psicanálise, a dinâmica da vida psíquica com grande destaque para o papel exercido pelo inconsciente; etc.

Em oposição à concepção cartesiana do “Homem”, caracterizada notadamente pela ideia de um *sujeito* que tem acesso direto à própria consciência e é senhor pleno de seus atos, nesta figura do “homem estrutural”, também chamado por Francis Wolff como “*sujeito sujeitado*”, este “Homem” tem acesso, na realidade, a uma consciência necessariamente “iludida”, não lhe sendo possível conhecer as estruturas (psíquicas, sociais, históricas, culturais etc.) que o levam a pensar como pensa e a agir como age⁸. Essas estruturas são reveladas pelos cientistas.

O “homem estrutural” também se opõe ao naturalismo notadamente por dois aspectos. Por um lado, adota-se um *antinaturalismo metodológico* na medida em que, por possuir metodologias, explicações e causalidades específicas das Ciências Humanas, rejeita qualquer explicação de fenômenos “propriamente humanos” que busquem nas leis da natureza o seu

⁷ “A terceira figura é antiessencialista, em primeiro lugar, por princípio. A ideia de essência, impregnada de pressupostos metafísicos, parece contrária à ideia geral de Ciência na época do ‘desencantamento com o mundo’. A ideia de homem é, por seu lado, contrária à ideia de Ciências Humanas, necessariamente plurais (...) O que seria comum a todos os homens não seria propriamente humano: seria um dado natural. As Ciências Humanas são relativistas por necessidade e nominalistas por dever, porque são antimetafísicas por princípio.” (WOLFF, Francis. Obra citada. Pág. 145).

⁸ “O ‘homem estrutural’ é aquele cuja consciência tem a ilusão de crer-se (esta é a parte necessária da consciência) o sujeito de pensamentos ou de atos que, na realidade, não dependem dela (esta é a sua parte inevitável de inconsciência). Em certo sentido, a consciência é mesmo sujeito, não dos seus pensamentos ou de seus atos, mas de certa crença. O objeto dos saberes é a relação entre aquilo de que a consciência é verdadeiramente sujeito (a sua crença) e aquilo de que não é sujeito (tais atos, tais pensamentos) e cuja causa, origem, razão, devemos procurar alhures. É nesse equilíbrio entre consciência e inconsciência que reside a estabilidade do ‘homem estrutural’. Sem essa parte de consciência, o modelo corre o risco de um desvio fenomenológico. O homem é estruturado por essa dupla relação: é o sujeito sujeitado.” (WOLFF, Francis. Obra citada. Pág. 89).

esclarecimento ou alguma contribuição, imputando-as de “reducionistas”. Caracteriza-se, também, por um *antinaturalismo objetivo*, uma vez que considera que tudo o que há de “propriamente humano” no “Homem” se constrói e se define **contra** a natureza, já que esta é o reino do universal e do constante (as leis naturais teriam estas características), ao passo que os fenômenos “propriamente humanos” se inserem nas regras necessariamente variáveis da cultura e da história, não havendo, segundo esta perspectiva, “universais” humanos. Central para este paradigma é a ideia do “simbólico” como um produto humano que se desgarra da natureza e passa a ser o universo onde os fenômenos humanos se realizam, sendo este o objeto do estudo das Ciências Humanas, distinto dos fatos naturais, típicos das demais Ciências.

Ao lado destes dois aspectos apontados por Francis Wolff, ele acrescenta uma terceira forma pela qual este paradigma se opõe à natureza, a que chama de *antinaturalismo prático*. Esta seria uma das características dos movimentos críticos (em especial a Sociologia Crítica) e que tem por escopo principal a denúncia de que discursos que buscam qualquer explicação de fenômenos humanos em aspectos biológicos seriam, na realidade, um modo de “naturalizar” e “justificar” as relações de opressão e dominação existentes nos contextos sociais. Trata-se de um aspecto que, evidentemente, busca apresentar como “prova” de que determinado fenômeno é “social” (necessariamente histórico e arbitrário), e não “natural”, a possibilidade de que seja transformado pelo movimento social. Ocorre que, como bem observa o filósofo francês, se está incorrendo aí no chamado “sofisma naturalista”, consistente na ideia de que, por algo ser “natural” é também necessário e justificado, de modo que se busca afastar os aspectos “naturais” de determinado fenômeno por considera-lo indesejável e por almejar a sua transformação. Confunde-se o descritivo com o normativo⁹.

O paradigma do “homem estrutural” é, portanto, *antiessencialista* e *dualista* (natureza e cultura) e se opõe ao sujeito cartesiano e ao naturalismo. Embora tenha pretendido se despir da metafísica predominante nos paradigmas aristotélico e cartesiano, algum resquício permaneceu na sua compreensão do “Homem”, conforme aponta Francis Wolff no seguinte trecho:

⁹ “Podemos defender, moral ou politicamente, qualquer norma ou instituição por ser natural ou justamente por não sê-lo. Não é porque o ‘egoísmo’ seja ‘natural’, num sentido qualquer da palavra, que ele não deve ser combatido pela educação; não é porque o infanticídio é natural (no sentido de ser frequente entre os machos dominantes ou até, às vezes, entre as fêmeas da maioria das espécies de primatas, como os chimpanzés e gorilas) que ele é legítimo.” (WOLFF, Francis. Obra citada. Pág. 104).

Dir-se-ia, então, algo assim: com a Ciência de Descartes e Galileu retraiu-se a crença na ação de Deus no mundo, os acontecimentos não eram mais considerados senão o puro produto de forças físicas cegas. E depois foi a vez do homem: ele também se tornou cientificamente cognoscível. Depois do “desencantamento da natureza”, veio o do homem, para completar o do mundo. O espírito desertara a natureza, restava-lhe desertar o homem. O que se deu em duas etapas: deixaram-lhe primeiro uma especificidade, como um resto de espírito: uma cultura, uma linguagem, uma história, que o opunham à natureza. E depois, até mesmo estes últimos traços de espiritualidade retornaram à ordem da natureza.¹⁰

Por fim, desde o final do século XX tem-se assistido no cenário acadêmico o surgimento de um novo paradigma quanto ao que é o “Homem”, fruto do desenvolvimento de novas tecnologias (como, p. ex., a da ressonância magnética funcional do cérebro), de novos empreendimentos científicos (como, p.ex., o projeto genoma humano) e de diversas Ciências Naturais e cognitivas (que revolucionaram o entendimento da mente como um processo computacional), das quais destacam-se as Neurociências e a Psicologia Evolucionista¹¹, compondo o que Francis Wolff denomina de “homem neuronal”. O ser humano é “renaturalizado” e volta à sua condição de animal, mas desta vez não mais um vivente especial em meio aos demais e ocupante de um lugar central na zoologia, e sim como “*apenas mais um animal como os outros*”.

Semelhante ao “homem estrutural”, o “Homem” deste novo paradigma é *antiessencialista*, pois os limites que o separam dos demais animais não são muito claros e precisos. Enquanto para Aristóteles as espécies animais eram fixas e imutáveis, daí decorrendo o seu essencialismo, este novo paradigma é marcado pelo evolucionismo darwiniano, nos quais as diversas “espécies” não são constantes e nem fixas, mas, ao contrário, algumas desaparecem, outras surgem e outras se misturam, sempre se adaptando ou não às mudanças do ambiente. Pesquisas arqueológicas demonstram que chegaram a conviver num mesmo período espécies

¹⁰ WOLFF, Francis. Obra citada. Pág. 152.

¹¹ Segundo John Tooby e Leda Cosmides, considerados os precursores da psicologia evolucionista, quatro grandes grupos de disciplinas contribuíram e contribuem para esse novo ramo da psicologia: a moderna biologia evolutiva, as ciências cognitivas, a paleoantropologia e as pesquisas comparativas do comportamento animal, sobretudo a primatologia. (TOOBY, John et COSMIDES, Leda. *Conceptual Foundations of Evolutionary Psychology*. In: The Handbook of Evolutionary Psychology. Org. David M. Buss. John Wiley & Sons, Inc. New Jersey. 2005).

distintas de humanos, como, por exemplo, o homem de neandertal ou o *homo floriensis*, não sendo possível traçar limites claros da nossa humanidade¹².

O esmaecimento dos limites entre o humano e o animal decorre do fato de *parecer* que, cada vez mais, não haveria alguma propriedade especialmente humana e que não tenha algum paralelo no mundo animal, com diferenças meramente na gradação da complexidade. Sequer a ideia de produção e transmissão cultural, que sempre se acreditou ser a cidadela da humanidade, resistiu às pesquisas e hoje já se sabe que algumas espécies animais (especialmente macacos e grandes símios) são capazes de inovações tecnológicas e transmissão cultural. De todo modo, a emergência da cultura pode ser explicada em termos naturalistas, inserindo-se como uma das três formas de aquisição e transmissão de informações (ao lado da transmissão genética e do aprendizado individual)¹³.

No entanto, como aponta Francis Wolff, seria precipitado concluir que o objeto de estudo das Ciências dentro deste paradigma seria um “Homem” sem qualquer especificidade. Ao contrário, a proposta seria de entender o humano dentro do contexto das ciências naturais, buscando explicações de como processos físicos e biológicos podem dar lugar a fenômenos mentais e sociais, ou seja, estudar o “Homem” com as mesmas metodologias com que se estudam os outros animais¹⁴. E dentre estas metodologias se encontra a perspectiva evolucionista, que também deve ser aplicada aos humanos, de modo que se tornam comuns indagações quanto ao ganho adaptativo de determinadas características e comportamentos¹⁵,

¹² “Se há algumas espécies que possuem as características atribuídas à nossa humanidade, sem poderem, porém, ser consideradas uma mesma espécie, a espécie humana, onde traçar a fronteira, não mais temporal, mas por assim dizer espacial entre homem e não homem? É difícil dizer. Que se passa com as Antropologias Filosóficas? Podem elas adaptar-se às ‘humanidades’, no plural? Era o neandertalense um ‘animal racional’ ou ‘político’, no sentido aristotélico; podia ser considerado uma ‘substância pensante’ cartesiana; tinha vontade livre; possuía um ‘inconsciente’ freudiano? Era um Dasein, no sentido heideggeriano? (...) Tais questões talvez não tenham sentido.” (WOLFF, Francis. Obra citada. Pág. 117).

¹³ Vide WOLFF, Francis. Obra citada. Págs. 124-135.

¹⁴ “O objeto delas é o homem enquanto homem, mas considerado como vivente. Trata-se de estudar aquilo que o caracteriza como se não o caracterizasse. Por conseguinte, cumpre retificar pelo menos uma das duas inferências que fazíamos há pouco: no caso das Ciências Cognitivas, o naturalismo é mais metodológico que objetivo. O homem é um animal singular que é explicado como os outros.” (WOLFF, Francis. Obra citada. Pág. 130).

¹⁵ “The concept of adaptative behavior can now be defined with precision. Adaptative behavior, in the evolutionary sense, is behavior that tended to promote the net lifetime reproduction of the individual or that individual’s genetic relatives. By promoting the replication of the genes that built them, circuits that – systematically and over many generations – cause adaptative behavior become incorporated into a specie’s neural design.” (TOOBY, John et COSMIDES, Leda. Obra citada. Pág.21).

quais subprodutos decorrem de alguma característica selecionada etc., bem como conceitos da biologia evolutiva, como filogênese, ambiente de adaptação evolutiva (AAE) e outros¹⁶.

Além de ser *antiessencialista*, o paradigma naturalista é *monista*, se opondo ao sujeito cartesiano e ao “homem estrutural”. E este monismo se refere não apenas a fenômenos mentais, mas também sociais, buscando-se explicações naturalistas para eles. As Ciências Cognitivas e as Neurociências deram o substrato necessário para este empreendimento, propondo que processos mentais são, na realidade, um processo computacional que ocorre no corpo humano, em especial no cérebro. A oposição ao cartesianismo é explicitamente abordada no célebre trabalho do neurologista português António Damásio em seu livro “*O erro de Descartes*”, onde procura demonstrar que não há duas substâncias distintas, mas tão somente o corpo, onde ocorrem os fenômenos mentais. Ademais, também se opõe ao dualismo entre *natureza* e *cultura*, defendida pelo paradigma do “homem estrutural”. Em sua busca por um materialismo verdadeiro em antropologia, Dan Sperber sustenta que os fenômenos sócio-culturais são, na realidade, representações existentes nas mentes dos indivíduos (representações mentais) e que, uma vez expressas e compartilhadas por um número grande de indivíduos por um tempo relevante, tornam-se representações públicas. Em suas palavras, “*fenômenos sócio-culturais são, nesta abordagem, padrões ecológicos de fenômenos psicológicos.*”¹⁷. A ideia de uma epidemiologia de representações mentais fornece o substrato necessário para uma visão materialista e naturalista da cultura.

Outra modalidade de dualismo defendido no “homem estrutural” se refere à dicotomia entre *inato* e *aprendido*. A psicologia evolucionista (dentro do paradigma naturalista) propõe que não haveria oposição entre eles. Conforme Tooby e Cosmides¹⁸, inato não é o oposto de aprendido, pois o aprendizado só ocorre quando se tem disponível o mecanismo inato necessário para que o aprendizado aconteça, de modo que são os *mecanismos de aprendizagem* que fazem parte da herança filogenética humana. E estes mecanismos também não estariam prontos ao nascimento, mas se desenvolveriam no contexto ambiental, social e cultural do

¹⁶ “A noção de ambiente de adaptação evolutiva (AAE) é de fundamental importância, pois se trata do ambiente para o qual determinada(s) adaptação(ões) surgiu(iram). Não se trata de um período específico no tempo e no espaço, nem um local geográfico, mas sim de um conjunto de circunstâncias que selecionaram a adaptação de determinada característica do organismo. (...) Filogênese é a gênese de um traço ao longo da cadeia evolutiva dos ancestrais para os espécimes atuais.” (ZIMMERMANN, Egberto. Obra citada. Págs. 127-128).

¹⁷ “social-cultural phenomena are, on this approach, ecological patterns of psychological phenomena.” (SPERBER, Dan. *Explaining Culture – A naturalistic approach*. Blackwell Publishing. Oxford. 1996.)

¹⁸ TOOBY, John et. COSMIDE, Leda. Obra citada. Págs.30 e 31).

indivíduo. Considera-se que é mais adaptativo para o organismo ter inscrito em seu genoma o código para o desenvolvimento do mecanismo de aprendizado do que o próprio comportamento em si, tendo ganhos de flexibilidade e adaptação. Esta consideração conduz à ideia de que o “Homem” seria *naturalmente cultural*, sendo a cultura, para muitos autores, mais um fator de pressão seletiva no ambiente humano.

Estes dois últimos paradigmas são relevantes para o presente trabalho na medida em que as teorias que buscam explicar as questões debatidas no âmbito dos movimentos feministas estão neles inseridos, inclusive tentativas de explicar a assimetria sexual nas estatísticas criminais. Tradicionalmente, as teorias feministas e as teorias criminológicas se inserem no paradigma do “homem estrutural”, embora venha ganhando corpo a abordagem dessas mesmas temáticas sob o novo paradigma do “homem neuronal”, ou, mais precisamente, a partir de suas metodologias naturalistas.

3. As questões relativas às desigualdades de gênero pelos paradigmas do “homem estrutural” e do “homem neuronal”

Durante muito tempo as teorias sociológicas foram concebidas e desenvolvidas sem que fosse abordada a questão das desigualdades existentes entre homens e mulheres nas sociedades, em especial em relação aos papéis assumidos, ao acesso a certas posições no mercado de trabalho etc., revelando o que poderia ser considerado “um viés de gênero” nas pesquisas sociológicas. Conforme lembra Jonathan H. Turner¹⁹, tais questões somente começaram a ganhar espaço nas teorias sociológicas nas décadas de 1960 em diante, período que coincide com o Movimento da Libertação das Mulheres, considerado por muitos teóricos como uma “segunda onda” do movimento feminista²⁰.

O feminismo constitui um movimento político muito diversificado, não havendo um único substrato teórico a sustentar suas premissas, embora todas as suas formas tenham como objetivo assumido a melhoria das condições de vida das mulheres na sociedade e retirá-las da

¹⁹ TURNER, Jonathan H.. *The Structure of Sociological Theory*. Thomson Learning Inc.. Belmont. 2003.

²⁰ Conforme lembra ALIMENA, Carla Marrone, estudiosos do tema identificam pelo menos três grandes “ondas” no movimento feminista: a primeira, em que se lutava por maior autonomia e liberdade, bem como pela expansão de direitos e maior igualdade de acesso à educação e ao trabalho; a segunda, denunciando a disparidade de poder entre os sexos e a dominação sofrida pelas mulheres; e a terceira, apontando para como outros níveis de discriminação se somam à discriminação de gênero. (*in A Tentativa do (Im)possível: Feminismos e Criminologias*. Ed. Lumen Juris. Rio de Janeiro. 2010)

subjugação a que se encontram submetidas²¹. Apesar da grande diversidade, Anne Campbell²² as reúne em três grandes grupos: as relacionadas à teoria construtivista social, as liberais “ambientais” e as liberais evolucionistas. Os dois primeiros grupos se constroem a partir do paradigma do “homem estrutural”, ao passo que a segunda a partir do paradigma do “homem neuronal”. Algumas temáticas são centrais e recorrentes nas considerações e postulações feministas, tais como o gênero (expressão social de *masculinidade* ou *feminilidade*)²³ e sua relação com o sexo biológico e o modelo patriarcal de sociedade (aquele em que há dominação masculina em vários níveis de organização e perpetua normas e valores voltados a manter a posição privilegiada do homem)²⁴.

Dos três grandes grupos mencionados pela Anne Campbell, aquele que fundamenta a sua visão no construtivismo social tem a percepção mais radical de feminismo, chegando mesmo a rejeitar a metodologia tradicional das ciências por considerá-la construída sobre postulados “masculinos”, buscando uma abordagem mais “feminina” da pesquisa. Assim, em vez do distanciamento entre *sujeito da ciência* e o *sujeito/objeto da ciência*, busca-se uma relação mais empática entre ambos. Não se almeja a objetividade do conhecimento científico, mas uma “compreensão” do ponto de vista do *sujeito/objeto da ciência*, não se cogitando saber o que as pessoas realmente pensam, mas sim as representações e ideologias presentes em seus

²¹ “A teoria política feminista é extremamente diversa, tanto nas premissas como nas conclusões. Em certo grau, isso também é verdadeiro para as outras teorias que examinei. Esta diversidade, porém, é multiplicada dentro do feminismo, pois cada uma destas outras teorias está representada dentro do feminismo. Assim, temos o feminismo liberal, o feminismo socialista e até mesmo o feminismo libertário. Além disso, há um movimento significativo dentro do feminismo rumo a formas de teorização, como a teoria psicanalítica ou a pós-estrutural, que se encontram fora da corrente dominante da filosofia política anglo-saxônica. Alison Jaggar diz que um compromisso de eliminar a subordinação das mulheres unifica as diversas correntes da teoria feminista (Jaggar, 1983:5). Mas (como observa Jaggar) esta concordância logo se dissolve em descrições radicalmente diferentes desta subordinação e das medidas requeridas para que seja eliminada.” (KYMLICKA, Will. *Filosofia política contemporânea*. Ed. Martins Fontes. São Paulo. 2006. Pág. 303).

²² CAMPBELL, Anne. *Feminism and Evolutionary Psychology*. In: *Missing the Revolution – Darwinism for Social Scientists*. (org. Jerome Barkow). Oxford University Press. New York. 2006.

²³ “Gender refers to social or cultural categories about how femininity and masculinity are molded and expressed in a particular culture, subculture, or situation in a particular historical time.” (WALSH, Anthony et. VASKE, Jamie C.. *Feminist Criminology through a Biosocial Lens*. 2nd edition. Carolina Academic Press. Durham. 2015. Pág. 12).

²⁴ “Patriarchy literally means ‘rule of the father’, and is a term used to describe any social system that is male dominated at all levels from the family to the highest reaches of government and superiority. A patriarchal society is one in which ‘masculine’ traits such as competitiveness, aggressiveness, autonomy, and individualism are lauded, and ‘feminine’ traits such as intimacy, connection, cooperation, nurturance, while appreciated, are downplayed.” (WALSH, Anthony et. VASKE, Jamie C.. Obra citada. Pág. 13).

discursos, que seriam as ferramentas que efetivamente “criariam os fatos” e as interpretações²⁵. Aqui se torna evidente o “homem estrutural”, cuja consciência ignora os motivos pelos quais pensa como pensa e age como age.

A abordagem feminista pelo construtivismo social rejeita explicações biológicas e entende que as definições e as diferenças percebidas entre os gêneros são construídas e reproduzidas pelos discursos dominantes na sociedade, desgarrando-se completamente da mente e da constituição biológica dos indivíduos. Evidentemente não rejeitam integralmente os aspectos naturais das pessoas, mas somente quando se referem a categorias mentais e sociais, que seriam construídos pelos discursos e pelas interpretações.

Mesmo considerando que em diversas situações os “discursos”²⁶ disseminem crenças equivocadas sobre os estereótipos de gênero, Anna Campbell questiona se muitos deles não seriam aproximações da realidade, a exemplo de alguns referentes ao maior apetite sexual dos homens e a maiores custos de reputação experimentados por mulheres que se comportam de modo licencioso²⁷. Ademais, continua a referida autora em suas críticas, esta abordagem não consegue responder *como* surgiram estes discursos e *a quem* eles beneficiam exatamente (esta última pergunta é, de fato, relevante, já que seria questionável se os homens realmente se beneficiam do “discurso do patriarcado”, uma vez que são os principais autores e vítimas de crimes violentos). Na verdade, estes “discursos” parecem pairar como uma entidade metafísica, sem qualquer vínculo de origem na realidade material.

Na classificação de Anne Campell, as duas outras formas de feminismo aceitariam os métodos tradicionais da ciência, discordando quanto à possibilidade de se acrescentar explicações naturalísticas ao fenômeno. Ela as classifica como liberal “ambientalista” e liberal evolucionista.

²⁵ “The research should aim to document the lived experience of women as it is told to her, but in so doing she must avoid the trap of thinking that she has privileged access to the internal lives of the participants: ‘The aim of the analysis is not to reveal what the person truly thinks or feels... but to identify the discourses, representations and ideologies which are flowing through a person’s talk in order to theorize how our representations of ourselves are linked to inequalities and power relations’ (Burr, 1998, p. 142). Discourses are the tools that construct facts and interpret experience.” (CAMPBELL, Anna. Obra citada. Pág. 66).

²⁶ Não obstante assumir a possibilidade de que “discursos” possam disseminar crenças, a autora entende que este fenômeno ocorre no âmbito da cognição humana, levando-se em consideração um paradigma computacional da mente, contrário ao entendimento do construtivismo, que não dirige sua atenção para o aspecto mental dos indivíduos, centrando-se nos discursos e interpretações correntes na sociedade.

²⁷ CAMPBELL, Anne. Obra citada. Págs. 67-68.

Ainda operando dentro do paradigma do “homem estrutural”, a abordagem “ambientalista” se ocuparia das causas *próximas* e *externas*, buscando compreender como se dá o fenômeno da internalização nos indivíduos das definições e estereótipos de gênero, sem buscar o porquê de as diferenças existirem (o que demandaria a pesquisa pela origem remota, seja na história ou na filogenia da espécie humana) e desconsiderando qualquer possibilidade de aspectos psicológicos internos estarem envolvidos no fenômeno.

Uma das teorias utilizadas neste grupo é a do aprendizado social, sustentando que meninos são ensinados a desenvolverem características masculinas e as meninas a desenvolverem características femininas. E esta influência se inicia já na tenra idade, através das atitudes dos pais e demais adultos em relação a estas crianças, que as trataria de modo diferenciado segundo o sexo e conforme o que estaria de acordo com o gênero de cada um. Assim, paulatinamente a pessoa internalizaria as características associadas ao gênero e passaria a se comportar de acordo com estes modelos.

Alguns estudos apresentados por Anne Campbell, contudo, parecem refutar a tese, uma vez que atitudes tipicamente masculinas ou femininas foram observadas em crianças muito novas, antes mesmo de formarem internamente categorias mentais diferenciando os gêneros²⁸. Assim, no experimento informado, crianças de apenas nove meses já manifestavam preferência por brinquedos que correspondiam ao gênero esperado a partir do sexo biológico, de modo que a oferta dos adultos na realidade estaria atendendo mais ao desejo da criança do que buscando formar uma identidade de gênero²⁹.

Outra teoria invocada é a dos papéis sociais, segundo a qual a divisão de trabalho entre os sexos na sociedade resultou na formação dos papéis que cada gênero deve assumir, de modo que as crianças vão se orientando aos gêneros correspondentes de acordo com as expectativas sociais em relação a elas. Deste modo, os homens devem assumir um papel de competitividade, de autonomia e agressão, ao passo que as mulheres um papel de cuidados e cooperação³⁰. Segundo a autora britânica, contudo, o acesso das mulheres a posições sociais outrora

²⁸ “*Children prefer sex-congruent toys before they are able to say whether the toy is more appropriate for a boy or a girl.*” (CAMPBELL, Anne. Obra citada. Pág. 79)

²⁹ “*Parentes tended to give their children sex-appropriate toys. But sex-differentiated toy preference has been found in infants from nine months of age (...). Children play more with sex-appropriate toys even when their parentes do not specifically encourage them to do so (...). It is quite likely that parentes are not using toys to turn their children into gender conformists but are simply responding to the child’s own preferences.*” (CAMPBELL, Anne. Obra citada. Pág. 77)

³⁰ CAMPBELL, Anne. Obra citada. Pág. 79.

reservadas aos homens não foram suficientes para alterar os estereótipos, de modo que, mais do que os estereótipos causarem as diferenças de gênero, o oposto poderia ser o que, de fato, ocorre.

De todo modo, uma crítica apresentada pela acadêmica antes mencionada é de que, à semelhança do que ocorre com as teorias amparadas no construtivismo social, nenhum questionamento é feito em relação à origem dos estereótipos existentes, quem se beneficia deles e quanto ao porquê de existirem. Nas palavras da autora, as feministas liberais explicam a transmissão do *status quo* sem perguntar de onde veio³¹.

Por fim, o último grupo apresentado por Anne Campbell é o referente à teoria liberal evolucionista, que se apoia no paradigma do “homem neuronal”. Como visto, neste paradigma são aceitas metodologias das Ciências Naturais, dentre as quais a Biologia Evolutiva. Deste modo, o primeiro questionamento a ser feito diante de um fenômeno aparentemente universal é: quais ganhos, em termos de adaptação e de reprodução, estes comportamentos e essas diferenças geraram³²?

Em resposta a esta pergunta, a pesquisadora britânica apresenta sua hipótese valendo-se, inicialmente, da constatação das diferenças inerentes às células sexuais masculinas e femininas, de onde se percebe desde já uma que chama a atenção referente aos seus tamanhos. Os óvulos são células muitas vezes maiores do que os espermatozoides, constituindo uma reserva de recursos de alto valor natural. Os gametas masculinos contribuem, unicamente, com a sua carga genética. Daí decorre uma característica amplamente observada em vários animais cujos gametas têm a mesma disparidade: intensa competição entre os machos para o acesso às fêmeas.

Outra característica de destaque na espécie humana é o nascimento de filhotes “prematurados” e o longo período de infância antes de alcançar a idade reprodutiva. Em comparação a outros animais, o bebê humano é extremamente dependente dos cuidados parentais, já que não seria possível prolongar mais a gestação sob pena de inviabilidade do parto

³¹ CAMPBELL, Anne. Obra citada. Pág. 80.

³² Como mencionado em trabalho anterior, “*para se entender a evolução, é necessário afastar de nossos pensamentos a ideia de que as características existem para atingir alguma finalidade, e entender que elas existem simplesmente porque os indivíduos que a apresentavam tiveram a sorte e a competência de sobreviver e se reproduzir.*” (ZIMMERMANN, Egberto. Obra citada. Pág. 126). Em suma, não se pode inserir na lógica evolucionista nem a teleologia (trata-se de um processo cego) e nem avaliações morais (sob pena de se incorrer no sofisma naturalista de confundir o descritivo com o normativo).

em razão do aumento da caixa craniana. Dentro da perspectiva evolutiva, aqueles pais que exerceram os cuidados com os filhos para que estes chegassem à vida adulta e se reproduzissem conseguiram passar seus genes adiante, ao passo que aqueles que deixaram os filhos à própria sorte tinham menos chance de que isto viesse a ocorrer, considerando a possibilidade de óbito dos filhos nas garras de algum predador ou de algum rival. Deste modo, ao longo dos anos foram selecionados aqueles genes que, de certo modo, contribuíram para o desenvolvimento de comportamentos de cuidados parentais por parte dos machos. O mesmo raciocínio se aplica às fêmeas, embora, para os machos, o investimento parental vem à custo de outras cópulas que lhe garantiriam espalhar seus genes na população.

Estas duas características, conjugadas com o fato de a fecundação e a gestação serem intrauterinas (que gera, por um lado, a certeza da maternidade, e de outro, a incerteza da paternidade), desaguam na criação de condições necessárias para o surgimento de comportamentos adaptativos que darão origem ao patriarcado. De acordo com a linha de pensamento da aludida pesquisadora, considerando o alto investimento realizado pelo homem na criação dos filhos, aqueles indivíduos que conseguiram *garantir* que os filhos eram realmente deles tiveram sucesso de passar adiante os seus genes em detrimento daqueles que não tiveram esta preocupação. A busca por esta “garantia” passa por comportamentos que visam controlar a atividade sexual da mulher, fato que parece existir em diversas culturas distintas sob formas variadas.

Diante destas considerações, é possível supor que as características normalmente relacionadas à masculinidade tenham emergido da intensa competição entres os homens pelo acesso às mulheres. Por outro lado, dada a necessidade de grande investimento das mulheres na criação dos filhos por longo período, esta situação pode ter dado origem a características vinculadas ao gênero feminino. E, por fim, em razão do sucesso reprodutivo daqueles que de modo eficiente controlaram o comportamento das mulheres, pode ter emergido o patriarcado.

Evidentemente que o grau de dominação da mulher numa determinada sociedade, se maior ou menor, pode estar sujeita a condições “ambientais”, como bem observa Anne Campbell. Nas sociedades em que as mulheres têm acesso mais facilitado a recursos e uma rede de proteção, sua dependência por um macho que defenda e invista em sua prole diminui, reduzindo, com isso, o poder exercido pelos homens. Contudo, com o advento da agricultura e a intensificação da divisão social do trabalho, as mulheres passaram a permanecer mais no

ambiente doméstico, agravando sua dependência dos recursos trazidos pelos homens, que, por sua vez, aumentaram cada vez mais a vigilância e o controle sobre o comportamento das mulheres, agravando a situação antes descrita³³.

Em resumo, para a teoria liberal evolucionista, os dois fatores que teriam dado origem à diferença entre os gêneros e ao patriarcado seria a incerteza da paternidade e o investimento parental prolongado, agravando-se posteriormente com o advento de condições sociais e econômicas que reservaram à mulher o mundo doméstico, como é o caso da divisão social do trabalho³⁴.

Em apertada síntese, estas foram as principais explicações que as feministas deram ao fenômeno social da diferença entre os gêneros e da dominação masculina, algumas sob o paradigma do “homem estrutural” e outra sob o paradigma do “homem neuronal”. Resta ver, agora, de que modo estas diferentes teorias podem ser aplicadas para explicar a assimetria sexual nas estatísticas criminais.

4. Hipóteses sobre a assimetria sexual nas estatísticas criminais

Embora se tenha denunciado que, até o advento das teorias feministas, os estudos criminológicos estiveram voltados unicamente à criminalidade masculina, este fato não é completamente verdadeiro. Ainda no século XIX, Cesare Lombroso tratou das mulheres criminosas em seu *“La dona delinquente”*, aplicando sua concepção do criminoso nato às mulheres. Na obra ele já reconhece que elas eram em menor número que os homens, embora fossem mais cruéis³⁵. Posteriormente, o sociólogo americano William Isaac Thomas também

³³ “A mere 10.000 years ago (...) came agriculture and animal husbandry. Not only diet and lifestyle but the very structure of societies began to change. Women no longer foraged in independent sorties with their children but were confined to the local fields or to the home. It became easier for men to monitor and control their whereabouts. At the same time, as men made a greater contribution to women’s food supply, they became increasingly concerned with controlling women’s sexuality in order to ensure their own paternal certainty.” (CAMPBELL, Anne. Obra citada. Pág. 71)

³⁴ “So evolutionary feminists locate patriarchy initially in the reproductive interests of males under conditions of uncertain paternity and protracted paternal investment. Superimposed upon and enhancing these biological factors came the culture developments of agriculture and industrialization, which increased the wealth differentials between men and thus decreased the potential for female solidarity.” (CAMPBELL, Anne. Obra citada. Pág. 72).

³⁵ “In short, while female born criminals are fewer in number than male born criminals, they are often much more savage. (...) As a double exception, then, the criminal woman is a true monster. Honest women are kept in line by factors such as maternity, piety, and weakness; when a woman commits a crime despite these restraints, this is a sign that her power of evil is immense.” (LOMBROSO, Cesare et FERRERO, Guglielmo apud NEWBURN, Tim. Obra citada. Pág. 302).

abordou o fenômeno da criminalidade feminina, relacionando-a quase sempre à promiscuidade e aduzindo que a mulher delinquente seria “fria, calculista e amoral”, uma vez que teria falhado no aprendizado dos papéis sociais femininos adequados, demandando maior controle e vigilância³⁶. E em meados do século XX também abordou o tema o pesquisador Otto Pollak, para quem a baixa participação das mulheres nas estatísticas criminais decorreria ou de um sentimento “cavalheiresco” do sistema punitivo em relação às mulheres, tratando-as como mais condescendência³⁷, ou então pelo fato de elas serem mais “manipulativas e enganosas”, razão pela qual seus delitos seriam menos descobertos e não constariam das estatísticas criminais³⁸.

Apesar da crítica que as feministas realizaram sobre o viés masculino das teorias criminológicas³⁹, houve vozes que a consideraram equivocada, alegando que elas teriam o arsenal necessário para explicar o fenômeno da criminalidade feminina e a assimetria nas estatísticas criminais⁴⁰.

Considerando-se, então, as diferenças das características associadas a cada gênero, as explicações de cunho sociológicos têm como aspecto central o processo de socialização diferenciado a que homens e mulheres se submetem. Como teorias que foram erigidas no âmbito do paradigma do “homem estrutural”, não reconhecem nenhuma relevância nos aspectos biológicos subjacentes.

Deste modo, os homens seriam estimulados a serem mais agressivos e dominantes, características socialmente consideradas “masculinas”, e as mulheres seriam estimuladas a

³⁶ NEWBURN, Tim. Obra citada. Pág. 302.

³⁷ AKERS, Ronald L. et SELLERS, Christine S.. *Criminological Theories* – Introduction, Evaluation, and Application. 5ª edição. Oxford University Press. 2008.

³⁸ NEWBURN, Tim. Obra citada. Págs. 302-303.

³⁹ A socióloga e uma das pioneiras na criminologia feminista, Frances Heidensohn, denunciou que as considerações sobre a criminalidade feminina sempre ocuparam um espaço secundário nas teorias criminológicas tradicionais, o que pode ter sido um efeito não esperado da mudança de perspectiva em relação ao positivismo e a anormalidade do delinquente. *“It is precisely this appreciative sociology, Heidensohn argue, that led many researches to ignore or exclude women from their studies: ‘treating delinquency as normal made female delinquency problematic because it was both statistically unusual and also deemed role-inappropriate’ (1996:129). Delinquency is viewed as unfeminine, precisely because it is male behaviour.”* (NEWBURN, Tim. Obra citada. Pág. 303).

⁴⁰ *“Some feminist theorists, however, disagree with this general critical assessment of all traditional criminological theories. For instance, Allison Morris (1987) contended that (...) traditional sociological explanations of crime have the potential of explaining female crime and why it occurs less frequently than male crimes (...) She found special relevance in anomie, differential association, and social bonding theories and concludes ‘Differential opportunity structure, associations, socialization, and social bonding can aid our understanding of crimes committed both by men and women and can take account of differences in the nature and extent of their crimes’ (Morris, 1987:76)”* (AKERS, Ronald L. et SELLERS, Christine S.. Obra citada. Pág. 273).

serem mais empáticas e cuidadoras, características consideradas “femininas”. Estes estímulos não decorreriam unicamente do ambiente familiar, mas aconteceriam em vários ambientes sociais, onde as diferenças de gênero são reforçadas através das interações sociais. Assim, o processo de socialização ocorre pela internalização de regras, papéis, atitudes e padrões através dos domínios sociais, emocionais, cognitivos e pessoais. Isto explicaria, portanto, a assimetria sexual, pois as características atribuídas ao gênero masculino facilmente poderiam conduzir a comportamentos antissociais e criminosos.

Em análise crítica a esta abordagem, Anthony Walsh e Jamie C. Vaske afirmam que ela parece postular uma relação unicamente “top-down”, no qual o indivíduo absorve passivamente os modelos socialmente construídos, sem nenhuma participação ativa neste processo. Trata-se, aqui, do que Francis Wolff chama de “sujeito sujeitado”, cuja participação no fenômeno de socialização seria a de um mero dado biológico. Walsh e Vaske afirmam que este processo não se dá de modo unidirecional, mas decorre de uma interação entre os indivíduos. Nem mesmo os pais agem do mesmo modo em relação aos filhos, mas de acordo com as características e atitudes específicas de cada um⁴¹. Além disso, segundo os autores, algumas pesquisas têm demonstrado que as crianças já apresentam comportamento típico do gênero antes mesmo de categorizarem internamente as características de cada um deles, conforme já tinha sido destacado por Anne Campbell.

No que diz respeito a comportamentos violentos, a que se referem as teorias sociológicas como uma característica “socialmente construída” do gênero masculino, é importante destacar, ainda, conforme lembram Wrangham e Peterson⁴², que a violência (real ou potencial) masculina seria um fenômeno universal, com os homens participando mais ativamente de atividades que envolvam conflitos físicos, como a guerra e os crimes mais sérios. Ainda que existam mulheres

⁴¹ “As important as the socialization process is, it has been largely conceptualized as top-down parent-to-child process in which socializers wrote their scripts on blank slates. Modern developmental researchers realize that children are not empty vessels that passively receive the stream of proscriptions and prescriptions being poured into them, and that they are active participants in the process of becoming social beings. Parents profoundly influence their children’s development, but children’s genetic traits and abilities interact with the traits and abilities of socializing agents in a reciprocal process of mutual engagement. (...) As every parent who has more than one child knows, there are different parenting styles for different children. A parent who is permissive with a warm and compliant child may be authoritarian with a bad tempered and resistant child, while all the time trying to be an authoritative parent (which psychologists tell us that all parents should be) with both.” (WALSH, Anthony et VASKE, Jamie C.. Obra citada. Pág. 36).

⁴² WRANGHAM, Richard et PETERSON, Dale. *Demonic Males – Apes and the origins of human violence*. Houghton Mifflin Company. New York. 1996. Págs. 108-115.

que também se envolvam nesses tipos de atividades, como seria o caso das mulheres inscritas nas Forças Armadas de diversos países, a sua participação é muito menor que a do homem. Uma explicação em termos de diferentes formas de socialização não observa que a assimetria é um fenômeno amplamente observado, o que torna improvável que seja decorrência unicamente dos processos de socialização típicos das sociedades ocidentais. É certo que a aprendizagem é um fator de grande relevância para a questão criminal, mas ela encontra alguns limites em aspectos psicológicos humanos.

Percebe-se, pois, que as ferramentas das teorias sociológicas para a compreensão da assimetria sexual nas estatísticas criminais se referem a este processo diferenciado de socialização. Assim, por ocasião do Movimento da Libertação das Mulheres e da busca por uma metodologia “feminina” na criminologia, surgiu a hipótese de que, caso houvesse mudanças sociais relativas às características de cada gênero e aos papéis assumidos pelas mulheres, então haveria a tendência de aumentar a presença feminina nas estatísticas criminais. Esta suposição ficou conhecida como a “hipótese de convergência” e a sua formuladora foi Freda Adler. Como é possível perceber, trata-se de uma hipótese forjada tipicamente sob o paradigma do “homem estrutural”, caracterizando-se por um *antinaturalismo prático* bastante acentuado com a premissa de que, por considerarem arbitrárias as construções sociais do gênero, elas seriam passíveis de transformação pelos movimentos sociais.

Ocorre que os dados não confirmaram a hipótese de Freda Adler, uma vez que o percentual feminino nas estatísticas criminais sofreu pouca alteração e, mesmo assim, somente em delitos que não envolvem violência ou exposição a risco⁴³. Anthony Walsh e Jamie C. Vaske acrescentam, ainda, que alguns estudos demonstraram que as mulheres que não desempenham os papéis femininos tradicionais, vale dizer, mais “liberadas”, têm menos propensão a práticas delitivas do que aquelas que neles permanecem.⁴⁴

Ainda a respeito das teorias sociológicas é importante destacar a teoria do poder-controle (*Power-Control Theory*), desenvolvida por John Hagan, e a teoria da ação estruturada

⁴³ Em pesquisa anterior sobre o tema foram realizadas pesquisas junto ao site do FBI, constatando-se que o percentual da participação feminina em delitos violentos permanecia praticamente o mesmo, alterando-se nos casos de delito sem violência ou exposição a risco. (ZIMMERMANN, Egberto. Obra citada. Págs. 166-169). O relatório do Fórum de Segurança Público mencionado neste artigo também confirma este fato.

⁴⁴ “*Studies have shown that liberated females are less likely to offend than other females. In fact, females who carry traditional sex-role attitudes were more likely to report involvement in criminal activity than liberated females (Giordano & Cernkovich, 1979).*” (WALSH, Anthony et VASKE, Jamie C.. Obra citada. Pág. 39).

(*Structure Action Theory*), elaborada por James Messerschmidt⁴⁵. A **primeira** busca relacionar variáveis díspares, como a posição social da família onde o indivíduo cresce, o tipo de cargo exercido por cada um dos pais (se ocupa lugar de mando ou de obediência) etc. Em resumo, informa que naquelas famílias em que há um desequilíbrio de poder parental em favor do pai, o modelo patriarcal delas emergirá e com ele os diferentes tipos de controle exercidos sobre meninos (menos controle e mais estímulo a comportamentos de risco) e sobre meninas (mais controle e socialização no sentido de conformidade), o que explica a assimetria em comportamentos antissociais. Por outro lado, quando há um equilíbrio de poder entre pai e mãe, tanto meninos e meninas seriam submetidos ao mesmo grau de controle, o que aproximaria o comportamento delas ao deles e, com isso, haveria uma convergência no percentual de comportamentos antissociais. Essa teoria recebeu várias críticas, sobretudo porque apresentava como consequência uma maior criminalidade de mulheres da classe média, o que não estaria de acordo com as estatísticas criminais, bem como não haveria elementos empíricos demonstrando que as meninas da classe média estariam sujeitas a menos controles do que as das classes mais baixas.

Já na **segunda teoria** (*Structure Action Theory*), James Messerschmidt critica que as teorias criminológicas tecem considerações sobre “masculinidade” de acordo com os postulados de uma sociedade patriarcal, sem considerar as demais possibilidades da construção social do gênero masculino. De acordo com sua visão, as características de gênero são criadas pelas ações de cada um e elas, por sua vez e simultaneamente, influenciam estas ações. Ele postula que gênero não é algo que se “é”, mas o que se “faz”, de modo que a construção da masculinidade depende do contexto social em que o homem está inserido, inclusive a sua classe social. Deste modo, os homens buscariam afirmar a sua masculinidade no contexto através de suas ações e quando os recursos legítimos para isso tiveram acabado, ele poderá lançar mão dos meios criminosos⁴⁶. A respeito da violência feminina em gangues, James Messerschmidt

⁴⁵ WALSH, Anthony et VASKIE Jamie C. Obra citada. Págs. 45-48.

⁴⁶ “According to Messerschmidt (1993:58), the primary shortcoming of patriarchy theory is that it ‘explains away any real variation in the construction of masculinity within a particular society and, consequently, encourages the theorization of [only] one type of masculinity – the ‘typical (patriarcal) male’. (...) Because masculinity is accomplished in a variety of specific social situations, we are encouraged to conceptualize multiple masculinities. (...). Essentially, ‘crime by men is a form of social practice invoked as resource, when other resources are unavailable, for accomplishing masculinity.’ especially in situations where a man’s masculinity may be doubted or called into question, some men who have no other means at hand for ‘doing

assevera que não haveria a busca por equiparação ao gênero masculino, mas sim a expressão de sua feminilidade, não havendo qualquer incompatibilidade entre “agir erroneamente” e o gênero feminino. Esta teoria também foi alvo de críticas, destacando-se a dirigida por Anthony Walsh e Jami C. Vaskie, no sentido de que Messerschmidt reconhece, inadvertidamente, que há algo além da socialização envolvido nas questões de gênero, já que aborda as variadas formas culturais de expressar a masculinidade, mas não identifica o motivo (transcultural) subjacente às ações⁴⁷.

Vimos até aqui as hipóteses elaboradas por teorias amparadas no paradigma do “homem estrutural”. Veremos agora quais são aquelas lastreadas na metodologia naturalista do “homem neuronal”.

Como já dito anteriormente, a lógica evolucionista é uma das ferramentas utilizadas para a compreensão dos fenômenos relativos aos seres vivos, nela incluída os mecanismos da **seleção sexual**, que têm o potencial explicativo das diferenças entre machos e fêmeas na natureza. Na hipótese do presente artigo já se percebe, inicialmente, que o próprio fato de se tratar de uma diferença entre *os gêneros* nas estatísticas criminais pode ser um indiciador de que ela talvez possa encontrar explicação a partir da seleção sexual.

Percebendo que a seleção natural não explicava todas as características dos seres vivos, principalmente aquelas que, aparentemente, seriam prejudiciais ao organismo segundo os critérios da seleção natural, o naturalista inglês Charles Darwin⁴⁸ introduziu a ideia de seleção sexual como uma explicação possível de tais caracteres. Segundo o naturalista inglês, a diferença morfológica e comportamental entre machos e fêmeas era um fenômeno presente praticamente em todas as espécies sexuadas, sendo que, normalmente, os machos tinham características mais exuberantes ou órgãos e sentidos mais desenvolvidos, o que não ocorreria com as fêmeas. Essas diferenças estavam além dos distintos órgãos sexuais e constituíam características sexuais secundárias. Deste modo, concluiu Darwin, essas diferenças só encontrariam explicação em uma competição entre os indivíduos do mesmo sexo (competição

masculinity’ may resort to crime as an expression of masculinity.” (AKERS, Ronald L. et SELLERS, Christine S. Obra citada. Págs. 281-282).

⁴⁷ “Contrary to his assertion that gender is ‘not what one is’, surely ‘doing gender’ is an affirmation of a core identity that is indeed ‘imposed on’ males and females by their biological sex. Certainly how one affirms and validates this core identity depends on culture, learning, and on the situation, but the motivation to do so is an unlearned crosscultural constant.” (WALSH, Anthony et VASKIE, Jamie C.. Obra citda. Pág.50).

⁴⁸ DARWIN, Charles. *A Origem do Homem e a Seleção Sexual*. Trad. Eugênio Amado. Editora Itatiaia. Belo Horizonte. 2004 (1871).

intrassexual) para conseguir acesso ao membro do sexo oposto. Além disso, o pesquisador britânico ainda percebeu que essas diferenças eram mais marcantes nos animais que praticavam a poligamia, uma vez que, havendo supostamente o mesmo número de machos e de fêmeas, se um macho tivesse para si diversas consortes, então forçosamente haveria outros machos que ficariam sem nenhuma fêmea. E aquele que tivesse relações com mais fêmeas teria mais descendentes com suas características do que aqueles que não tiveram prole ou a tiveram em menor número. Com o passar do tempo, portanto, as características deste indivíduo estariam disseminadas na população daquela espécie. Assim, diante do enorme sucesso reprodutivo que alcançaram os “chefes de haréns”, seria natural que houvesse competição entre os machos para se decidir quem comandaria tais “haréns”. Deste modo, a pressão da seleção sexual determinou o surgimento de verdadeiras armas naturais para essa competição, o que é amplamente observado na natureza, com o desenvolvimento de chifres, caninos, músculos potentes etc. Ocorre que a seleção sexual não se resumia a competições violentas entre os machos, fato que Darwin prontamente percebeu, ressaltando a grande importância da *escolha da fêmea* nesse processo. Muitas características evoluíram nos machos em decorrência da preferência das fêmeas por elas. Assim, no exemplo popularmente associado à teoria da seleção sexual, a cauda do pavão seria decorrente da escolha da fêmea por machos que a tivessem mais exuberante. E isso se repete em diversas outras espécies, em que os machos realizam exhibições diante da fêmea para cortejá-la e causar-lhe a admiração necessária para que ela os escolha. Com isso, a competição intrassexual e a escolha do sexo oposto construíram gradualmente as diferenças morfológicas e comportamentais entre machos e fêmeas de várias espécies, variando conforme o grau de intensidade dessa competição e o grau de poligamia associada à espécie⁴⁹.

Deste modo, segundo a lógica traçada pelo naturalista inglês, em todas as espécies em que há um grande dimorfismo sexual⁵⁰, com um dos sexos maior, mais forte, mais exuberante

⁴⁹ “A prática da poligamia leva a resultados idênticos aos que decorreriam da desigualdade numérica dos sexos, pois se cada macho reserva para si duas ou mais fêmeas, muitos não conseguirão acasalar-se – certamente os mais fracos ou menos atraentes. (...) Que existe alguma relação entre a poligamia e o desenvolvimento de caracteres sexuais secundários parece quase certo, o que reforça a ideia de que uma preponderância numérica de machos seria eminentemente favorável à ação da seleção sexual.” (DARWIN, Charles. Obra citada. Pág. 175).

⁵⁰ Existem outras espécies em que não há diferenças morfológicas entre machos e fêmeas, excetuando-se, é claro, os caracteres sexuais primários. Nessas espécies não há poligamia e não há uma competição sexual intensa, de modo que não houve pressão seletiva para o desenvolvimento dos atributos necessários para uma “guerra” dentro da espécie. E quanto maior o grau de poliginia, maiores serão as diferenças entre machos e

ou com mais armas naturais do que o outro, certamente nelas estará presente a grande competição intrassexual, resultando em episódios de violência entre os membros rivais. Assim, como os humanos apresentam um relativo dimorfismo sexual, sendo o homem o sexo com maior força física, então é de se supor haver uma forte competição intrassexual, o que pode explicar a predominância dos homens como agressores ou, ainda, como vítimas de ações violentas.

No entanto, é preciso acrescentar mais um elemento a esta explicação acerca das diferenças entre machos e fêmeas, o que só ocorreu um século após Darwin ter alertado sobre a importância da seleção sexual. A chave para o entendimento mais apurado da seleção sexual está no estudo do *investimento parental*, que é, como já esclarecido acima, o esforço para cuidar da prole até que ela se torne adulta e sexualmente capaz de se reproduzir.⁵¹ O fato de um dos sexos investir mais na prole abre a possibilidade para que o sexo oposto o explore, contribuindo apenas com a fecundação e nada mais. Uma vez que o indivíduo que cuidará da prole tem interesse na sobrevivência de seus filhos, pois disso resultará o seu sucesso reprodutivo, o explorador pode obter uma vantagem sobre ele, contribuindo apenas com a fecundação e abandonando o filho aos cuidados daquele. Essa dinâmica acarretou a **alta seletividade do sexo** que mais investirá no crescimento da prole. Além disso, para o sexo oposto, um indivíduo que sabidamente vai investir em seus filhos se torna um recurso valioso o suficiente pelo qual vale a pena lutar. Considerando que esta lógica também se aplica à espécie humana, tem-se que a estratégia ótima (em termos evolutivos) para os homens seria encontrar o máximo de parceiras sexuais possíveis, ao passo que para as mulheres seria encontrar o parceiro que se disponha a ajudá-la na tarefa da criação da prole⁵².

fêmeas, e mais intensa a competição sexual (DALY, Martin et WILSON, Margo. *Homicide*. Transaction Publishers. New Jersey. 1988. Pág. 141).

⁵¹ Conforme lembram SOUZA, Maria Bernardete Cordeiro de, HATTORI, Wallisen Tadashi et MOTA, Maria Teresa da Silva, o **esforço reprodutivo** é constituído de **esforço para acasalamento**, consistente no tempo e na energia gastos para encontrar parceiros e realizar a cópula, e o **esforço parental** ou **investimento parental**. A relação entre eles é inversamente proporcional, o que significa que se o indivíduo realiza mais esforço para o acasalamento, menos tempo e energia ele investirá na prole, vale dizer, menor será o seu investimento parental. (*Seleção Sexual e Reprodução*. In Fundamentos de Psicologia Evolucionista. Coordenação de Emma Otta e Maria Emília Yamamoto. Ed. Guanabara Koogan. Rio de Janeiro. 2009. Pág. 118).

⁵² “Male fitness is directly limited not by access to fertile females, whereas a female’s fitness is limited not by access to males but by access to the material resources necessary for reproduction, or, when resources are abundant, by her limited intrinsic capacities to convert them to babies. (...) So a man (...) could always increase his expected fitness by gaining sexual access to one more fertile female, regardless of whether he presently has no mate or fifty, whereas a woman (...) typically would not enhance her expected fitness by gaining sexual access to every fertile male on the planet.” (DALY, Martin et WILSON, Margo. Obra citada. Pág.139).

Assim, homens competem entre si para ter acesso às mulheres e estas competem entre si para ter acesso ao homem que apresente as características que lhes satisfaçam. Essa competição pode ocorrer não apenas através da eliminação física ou da desmoralização de rivais, mas também através da exibição de características que atraiam o sexo oposto. Diante disso, a competição com outros indivíduos do mesmo sexo e a exibição das características atraentes configuraram problemas recorrentes com que os ancestrais humanos tiveram que lidar, exercendo uma pressão seletiva que resultou nas diferenças morfológicas, psicológicas e comportamentais de homens e mulheres.

Mas, por que a competição entre os homens é mais acirrada e violenta do que a entre mulheres? Conforme sustentam Daly e Wilson⁵³, os homens competem de forma mais violenta porque a *variância adaptativa* entre eles é muito maior do que entre as mulheres. Como as mulheres guardariam o recurso mais valorizado (a disponibilidade de investir necessariamente na prole), elas poderiam barganhar com mais facilidade no “mercado sexual”, de modo que elas teriam mais chances de conseguir a reprodução do que eles. Como teriam que competir pelo acesso ao recurso oferecido pelas mulheres, os homens poderiam ou conseguir uma descendência numerosa ou morrer sem ter filhos. Ou seja, seria mais garantida às mulheres a procriação, ao passo que, para os homens, ela seria mais incerta, embora aquele que obtivesse sucesso teria um número muito maior de descendentes do que seria possível a uma mulher, enquanto aquele que não tivesse sucesso não teria descendente nenhum. Assim, por exemplo, seria possível a um homem ter cem mulheres em um ano e com elas ter cem filhos nesse período, sendo que a mulher não poderá engravidar de cem homens nesse mesmo intervalo. Por outro lado, se o homem não tem o que as mulheres desejam e não consegue vencer seus rivais, não terá acesso a nenhuma mulher e ficará sem descendentes. Diante de um jogo de “tudo ou nada”, os homens tenderiam a se arriscar mais e a se envolver em conflitos mais acirrados para ter acesso às mulheres e para ter os atributos que elas desejassem⁵⁴.

⁵³ DALY, Martin et WILSON, Margo. Obra citada. Págs. 137-161.

⁵⁴ “*Competition among males is more intense than that among females in a simple objective sense: The variance in male fitness is greater than the variance in female fitness. Among men as compared to woman, the big winners win bigger, and the loser are more likely to be total losers. As Richard Alexander (1979) has written, ‘as a general consequence, the entire life history strategy of males is a higher-risk, higher-stakes adventure than that of females’*” (DALY, Martin et WILSON, Margo. Obra citada. Pág. 140).

Como a competição intrasexual na espécie humana é mais acirrada entre os homens, já que os lucros, em termos reprodutivos dela decorrentes, são maiores que os das mulheres⁵⁵, então “a seleção favorecerá uma psicologia tendente a táticas competitivas arriscadas, incluindo a escalada de briga até o ponto da morte”⁵⁶. E dentre as diversas modalidades de comportamento arriscado estão os atos antissociais, explicando a razão da predominância masculina nas estatísticas criminais.

Isso significa que a mulher é incapaz de atos violentos, ou que a violência é exclusividade masculina? De forma alguma. Como foi visto nas estatísticas criminais, as mulheres também se engajam em delitos violentos, embora a sua participação neles seja bem menor do que a dos homens. Além disso, quanto mais violento o delito, menos mulheres constarão das estatísticas. Apesar de elas também participarem de fatos violentos, inclusive sendo autoras de homicídios e lesões corporais, a sua violência não é um espelho da masculina. Que resposta então a psicologia evolucionista pode oferecer para o fenômeno da criminalidade feminina? Em que tipo de situações elas recorrerão a atos antissociais?

Anne Campbell⁵⁷ desenvolveu uma teoria acerca das agressões intrassexuais nas mulheres, servindo de base para uma futura construção de uma teoria da criminalidade feminina de cunho evolucionista. Conhecida como “*staying alive theory*” (teoria de manter-se viva), essa teoria se funda na premissa de que a presença da mãe é mais crítica do que a do pai para a sobrevivência da prole e, por consequência, do sucesso reprodutivo dela. A ausência da mãe expõe a prole a um alto risco de mortalidade, ao passo que a ausência paterna não tem efeito tão intenso na sobrevivência dos filhos⁵⁸. É importante notar que a mulher somente pode ter um filho por vez, ao contrário dos homens, que podem se relacionar com inúmeras mulheres, de modo que o custo evolutivo da perda da prole é muito maior para a mulher do que para o homem. Por esta razão o sucesso reprodutivo da mulher se concentra mais nos cuidados com os filhos do que na busca por novos parceiros. Com isso, as mulheres não teriam muitos benefícios em se envolver em estratégias que gerem risco à sua saúde e à sua sobrevivência, de

⁵⁵ CAMPBELL, Anne. *Staying alive: Evolution, culture, and women's intrasexual aggression*. Behavioral and Brain Sciences (1999) 22. Pág. 204.

⁵⁶ DALY, Martin et WILSON, Margo. Obra citada. Pág. 145.

⁵⁷ CAMPBELL, Anne. *Staying alive: Evolution, culture, and women's intrasexual aggression*. Behavioral and Brain Sciences (1999) 22. Págs. 203-214.

⁵⁸ “There are no human culture in which mothers desert their children anywhere near the rate of fathers (Campbell, Muncer, & Bible, 2001).” (WALSH, Anthony et VASKE, Jamie C. Obra citada. Pág. 94).

modo que a evolução as teria dotado de circuitos psicológicos que sopesassem com mais intensidade os riscos físicos do que os homens. Assim, as mulheres, em regra, recorreriam a estratégias arriscadas quando os benefícios superassem os custos, como seria o caso da defesa da prole.

Em competições por *status*, apesar de a mulher também dar uma relativa importância à sua posição hierárquica (pois pode lhe garantir acesso a mais recursos a serem convertidos para a prole), bem como nas competições por recursos, elas geralmente não recorrem à violência, pois os custos de sofrerem alguma lesão superam os benefícios de estarem em posições mais elevadas. Deste modo, através de uma perspectiva evolucionista, enquanto para o homem os benefícios de estar no topo são altos (possível acesso a mais recursos reprodutivos) e superam os custos de eventual lesão, para as mulheres isso não ocorre.⁵⁹ Com isso, os homens se arriscam mais para alcançar posições hierárquicas mais elevadas, enquanto as mulheres o fazem com menos intensidade (como a variância reprodutiva da mulher é menor que a do homem, estar no topo ou estar na base não faz tanta diferença para ela quanto faz para o homem).

A competição intrasexual feminina ocorre também em termos de luta por recursos (podendo lutar com homens) e por parceiros sexuais. Campbell⁶⁰ ressalta que em situações com escassez de recursos é esperado que as mulheres também compitam por eles, embora também a utilização de recursos violentos seja menos comum do que entre os homens. Esse argumento é consistente com os dados estatísticos obtidos, indicando que as mulheres, quando se engajam em atos antissociais na luta por recursos, se envolvem mais em delitos que não as expõem a risco físico, de modo que a sua presença estatística é maior em furtos, fraudes e apropriações indébitas do que em roubos e extorsões mediante sequestro. Campbell afirma que a incidência masculina em roubos, por exemplo, é maior do que a feminina, porque nesse tipo de delito, além da subtração de recursos, há também uma questão de dominância e *status*, que afeta mais

⁵⁹Para tornar o argumento mais claro: através de inúmeras e sucessivas gerações, os homens que se arriscaram por *status* deixaram mais descendentes do que aqueles que não o fizeram, ainda que um bom número deles tenha morrido no caminho sem deixar prole. Isso significa, em termos evolutivos, que os benefícios (mais descendentes) da adoção de estratégias arriscadas superaram os custos (lesão e ausência de prole), inscrevendo-se na mente dos homens a propensão ao recurso dessas estratégias. Já para as mulheres, os benefícios (mais descendentes) dos comportamentos arriscados não superaram os custos (lesão e ausência de prole), de modo que a evolução teria inscrito na mente das mulheres a tendência a evitar perigos físicos e a só se arriscar em determinadas situações.

⁶⁰ CAMPBELL, Anne. *Staying alive: Evolution, culture, and women's intrasexual aggression*. Behavioral and Brain Sciences (1999) 22. Págs. 209-210.

a homens que a mulheres. Além de recursos materiais, a competição entre as mulheres pode ocorrer por parceiros sexuais (recursos reprodutivos). Mesmo nesse tipo de conflito, as mulheres, em geral, não recorrem à violência, preferindo o uso de agressões indiretas, como a difusão de boatos e tentativas de manipulação da imagem pública da rival. O importante a observar é que essas são situações em que as mulheres mais facilmente recorrem a estratégias violentas, já que elas podem eventualmente oferecer benefícios que suplantem os custos decorrentes dos riscos.

Verifica-se, pois, que, a partir do paradigma do “homem neuronal” e sua perspectiva evolucionista, foi possível o desenvolvimento de uma hipótese capaz de contribuir para a compreensão da assimetria sexual nas estatísticas criminais. Não se trata de afirmar que a criminalidade é uma questão tipicamente masculina, mas que as características do delito dos homens e das mulheres são diferentes, estando de acordo com os mecanismos mentais evoluídos para cada sexo. E, também, não é o caso de considerar a criminalidade feminina uma patologia ou uma “masculinização” da mulher, conforme o senso comum das sociedades patriarcais, mas comportamentos adaptativos decorrentes dos problemas próprios ao sexo enfrentados ao longo da evolução.

5. Conclusão

No presente artigo se pretendeu buscar por formulações teóricas que visam explicar o fenômeno amplamente observado da assimetria sexual nas estatísticas criminais, nas quais os homens aparecem em percentual consideravelmente superior às mulheres, havendo uma sutil convergência nos delitos em que não há violência envolvida e nem exposição a risco.

Algumas teorias que tentaram apresentar explicações para o fenômeno estavam amparadas no que o filósofo francês Francis Wolff chamou de “paradigma do ‘homem estrutural’”, que entende os eventos mentais, culturais e sociais como fenômenos independentes do substrato biológico, constituindo um verdadeiro dualismo entre *natureza* e *cultura*. Nessas teorias predominou o entendimento de que a diferença decorreria dos diferentes processos de socialização a que estão submetidos homens e mulheres, bem como da estrutura patriarcal da sociedade, que perpetua valores e normas masculinas. Neste sentido, os homens internalizariam os valores associados à figura masculina, como prontidão para assumir riscos, agressividade e

dominância, características que facilitariam o rompimento do limite para comportamentos antissociais e criminosos. E as mulheres, por sua vez, internalizariam os valores associados à figura feminina, mais voltados para os cuidados, o que limitaria a possibilidade de práticas delitivas.

Outros pesquisadores se ampararam no que o filósofo francês chamou de "paradigma do 'homem neuronal'", que busca compreender os fenômenos humanos dentro do contexto naturalista, estudando-o como se estuda os outros animais. Dentro desta perspectiva, esses autores buscaram na teoria de evolução e nos mecanismos de seleção sexual as explicações para a diferença dos comportamentos, ressaltando que a competição intrasexual masculina selecionou para os homens uma maior propensão a assumir riscos e comportamentos mais agressivos, o que motivaria a preponderância masculina nas estatísticas criminais. As estratégias ótimas para as mulheres não envolveriam exposição desnecessária à risco, o que explicaria uma presença feminina maior nos delitos sem violência.

Importante destacar que a perspectiva evolucionista apresentada **não** significa que homens e mulheres sejam diferentes em tudo. Pelo contrário, mulheres e homens têm capacidades cognitivas equivalentes e se assemelham na maioria dos aspectos⁶¹.

6. Referências

AKERS, Ronald L. et SELLERS, Christine S.. *Criminological Theories* – Introduction, Evaluation, and Application. 5ª edição. Oxford University Press. 2008.

ALIMENA, Carla Marrone. *A Tentativa do (Im)possível: Feminismos e Criminologias*. Ed. Lumen Juris. Rio de Janeiro. 2010.

⁶¹ “Quão diferentes são os homens e as mulheres? Embora existam diferenças físicas óbvias, como na altura e no peso, o que as pessoas realmente querem saber é como as mulheres e os homens diferem em termos psicológicos. Na verdade (...) há diferenças em comportamentos como agressão e intimidade que geralmente se conformam aos estereótipos. Mas os homens e as mulheres são bastante parecidos em muitas coisas. Segundo a teoria evolutiva, as diferenças sexuais refletem diferentes problemas adaptativos enfrentados por homens e mulheres, e isso é, de forma geral, apoiado pelas pesquisas. Como homens e mulheres enfrentam problemas adaptativos parecidos, eles são semelhantes na maioria das dimensões.” (GAZZANIGA, Michel S. et HEATHERTON, Todd F. *Ciências Psicológicas – Mente, Cérebro e Comportamento*. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Artmed. Porto Alegre. 2005. Pág. 398).

CAMPBELL, Anne. *Feminism and Evolutionary Psychology*. In: *Missing the Revolution – Darwinism for Social Scientists*. (org. Jerome Barkow). Oxford University Press. New York. 2006.

CAMPBELL, Anne. *Staying alive: Evolution, culture, and women's intrasexual aggression*. Behavioral and Brain Sciences (1999) 22.

DARWIN, Charles. *A Origem do Homem e a Seleção Sexual*. Trad. Eugênio Amado. Editora Itatiaia. Belo Horizonte. 2004 (1871).

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2019*. - https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf (pesquisa realizada em 12 de fevereiro de 2023).

GAZZANIGA, Michel S. et HEATHERTON, Todd F. *Ciências Psicológicas – Mente, Cérebro e Comportamento*. Trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Artmed. Porto Alegre. 2005.

KYMLICKA, Will. *Filosofia política contemporânea*. Ed. Martins Fontes. São Paulo. 2006.

NEWBURN, Tim – *Criminology*. Willian Publishing. Devon. 2007.

SOUZA, Maria Bernardete Cordeiro de, HATTORI, Wallisen Tadashi et MOTA, Maria Teresa da Silva. *Seleção Sexual e Reprodução*. In *Fundamentos de Psicologia Evolucionista*. Coordenação de Emma Otta e Maria Emília Yamamoto. Ed. Guanabara Koogan. Rio de Janeiro. 2009.

SPERBER, Dan. *Explaining Culture – A naturalistic approach*. Blackwell Publishing. Oxford. 1996.

TOOBY, John et COSMIDES, Leda. *Conceptual Foundations of Evolutionary Psychology*. In. The Handbook of Evolutionary Psychology. Org. David M. Buss. John Wiley & Sons, Inc. New Jersey. 2005.

TURNER, Jonathan H.. *The Structure of Sociological Theory*. Thomson Learning Inc.. Belmont. 2003.

WALSH, Anthony et. VASKE, Jamie C.. *Feminist Criminology through a Biosocial Lens*". 2nd edition. Carolina Academic Press. Durham. 2015.

WOLFF, Francis. *Nossa Humanidade: De Aristóteles às neurociências*. Ed. Unesp. São Paulo. 2012.

WRANGHAM, Richard et PETERSON, Dale. *Demonic Males – Apes and the origins of human violence*. Houghton Mifflin Company. New York. 1996.

ZIMMERMANN, Egberto. *Criminologia e Natureza Humana*. Ed. Núria Fabris. 1ª edição. Porto Alegre. 2011.